

Entrevista com a Prof. Mariana Barbosa sobre refugiados e migrantes

JORGE TEIXEIRA DA CUNHA

(Fotos de GABRIELA SANTOMÉ)

JORGE TEIXEIRA DA CUNHA – *Cara Prof. Mariana Barbosa, de onde vem a sua preocupação com as multidões de pessoas à procura de refúgio? Vem da sua especialidade e da colaboração com a UCP esta sua sensibilidade?*

MARIANA BARBOSA – “Vemos, ouvimos e lemos. Não podemos ignorar.” Foi Sophia de Mello Breyner Andresen quem o disse, e este seu repto tem servido de mote ao desafio colocado pela Plataforma de Apoio aos Refugiados à sociedade civil portuguesa, para que se mobilize na ajuda a quem procura refúgio. Revejo-me nesse repto e tenho o privilégio de trabalhar numa Universidade que, pela sua matriz cristã e humanista, valoriza e incentiva a solidariedade e o espírito de missão. Citando a Prof.^a Doutora Maria da Glória Garcia, num discurso proferido durante o seu mandato como Reitora da Universidade Católica, “a uma Universidade Católica não lhe basta um olhar distanciado da realidade, como se ela própria se pudesse colocar fora das dificuldades e das angústias, das esperanças e das alegrias da história que

corre. Seguindo o desígnio do Papa Francisco, a Universidade Católica quer estar lá onde estão os desafios, quer colocar-se sempre mais expressamente ao serviço das pessoas e da sociedade, porque só desse modo sente que pode cumprir essa missão". A minha paixão pela defesa dos direitos humanos, área na qual me especializei no âmbito da minha formação em Psicologia na Universidade do Minho e na Boston University, encontrou, assim, na Universidade Católica, o sentido de missão, assim como o apoio institucional necessário para poder partir para a linha da frente da ajuda humanitária na ilha de Lesbos, na Grécia, onde coordenei o programa de voluntariado da Plataforma de Apoio aos Refugiados.

Como descreveria o rosto típico da pessoa à procura de refúgio que tem encontrado nos campos de refugiados?

Gratidão. Desesperança. São as palavras que me vêm à mente quando revejo os rostos daqueles que conheci em campos de refugiados na Grécia. Um enorme sentido de gratidão pelo quase nada que lhes dei, pelo reconhecimento de que era tudo o que ali tinha para lhes dar. Negar leite em pó a uma mãe que acaba de chegar da perigosa travessia de barco desde a Turquia, desesperada pelo choro faminto do seu bebé, porque é demasiada gente para tão poucos recursos humanos e materiais disponíveis, é algo que nunca irei esquecer. Não ter como agasalhar quem chega no frio da noite, com roupa molhada, porque não há roupa ou sequer mantas suficientes para todos, e saber que alguns dos que sobreviveram à guerra, e depois à travessia de barco, morreram de hipotermia nos braços de uma União Europeia que já não reconheço, é algo que nunca irei esquecer. O sorriso e as palavras de gratidão que ainda assim tinham para me oferecer são algo que nunca irei esquecer. Desesperança. No meu retorno à Grécia, no rescaldo do encerramento das fronteiras e da implementação do Acordo entre a União Europeia e a Turquia, escrevi um texto intitulado 'E Tudo o Acordo Levou'. Este Acordo levou consigo uma série de princípios e direitos que julgava inabaláveis numa União Europeia à qual sempre tive orgulho em pertencer. E levou também consigo o brilho de esperança nos olhos de quem vi chegar a Lesbos. Porque as pessoas chegavam em más condições, e nós não tínhamos recursos suficientes para alimentar e agasalhar toda a gente nos campos onde pernoitavam. Mas as fronteiras estavam abertas, e, portanto, tratava-se de uma situação de transição; cada murro no estômago pela comida ou agasalhos que neguei era compensado, para mim e para eles, pela certeza de que daqui a umas semanas estariam num país (na altura, para a grande maioria, a Alemanha) onde poderiam ter o direito ao asilo. Esperança! E Tudo o Acordo Levou: a



realidade que encontrei com o encerramento das fronteiras e as ameaças de deportação para a Turquia foi de pessoas sem brilho nos olhos, rostos de incredulidade e desilusão face a uma Europa que acreditavam ser o baluarte da solidariedade.

Ainda tem sentido distinguir entre migrante económico e refugiado?

A distinção continua a ser necessária, a bem da proteção internacional daqueles que dela necessitam e a quem deve ser conferido o estatuto de refugiado. O predomínio da palavra 'migrante', ao invés de 'refugiado', nos discursos políticos e mediáticos não reflete, de todo, a realidade daqueles que vi chegar de barco à ilha de Lesbos vindos da Turquia. Reflete, a meu ver, uma opção política, uma forma de fomentar a tolerância da opinião pública face à União Europeia dos muros, já que, se varremos da questão a palavra 'refugiado', de certa forma varremos também os dramas e atrocidades que lhe estão associados. Por outro lado, importa notar que a chamada 'migração económica' é também muitas vezes forçada, porque as pessoas não conseguem garantir as necessidades mais básicas nos seus países. As vítimas da violência

das armas têm o estatuto de refugiado, que importa balizar e diferenciar, para que possam ter o devido direito à proteção internacional. Mas ficam esquecidas, devido à diferenciação simplista entre migrante e refugiado, as vítimas da violência estrutural, isto é, das condições económicas e políticas que levam à mais profunda desigualdade social e cujas consequências são mais lentas e difusas e, portanto, menos visíveis e mediatizáveis.

Existe uma diferença visível entre as percepções da opinião pública sobre refugiados e aquilo que pôde ver com os seus olhos nos lugares que tem percorrido?

Na opinião pública ocidental prevalece uma série de ideias estereotipadas sobre as pessoas dos países árabes. Por exemplo, que são todas muçulmanas (ironicamente, a Indonésia é o país com maior percentagem de muçulmanos do mundo e não um país árabe). Especificamente sobre os muçulmanos, existe também toda uma série de estereótipos e, sobretudo, de generalizações, quanto à forma de viverem o islamismo. Como se, ao contrário do catolicismo, por exemplo, não fosse possível, entre os muçulmanos, haver diferentes graus de comprometimento com as tradições e práticas religiosas. Tal como em Portugal encontro ao meu redor pessoas crentes e não crentes e, dentro destes grupos, encontro também uma grande diversidade na forma como vivem e colocam em prática as suas crenças e não crenças, também entre cidadãos sírios, iraquianos, ou afegãos encontrei essa mesma diversidade. Não conheci um único muçulmano que não fosse absolutamente contra o fundamentalismo islâmico, e as suas manifestações mais terríveis, como a Al Qaeda ou o Daesh. Os cidadãos de países árabes são as principais vítimas das práticas fundamentalistas que a opinião pública tende a confundir com o islamismo. Acima de tudo, encontrei pessoas como nós, que querem viver em paz e segurança.

Os países ocidentais têm atitudes diversificadas quanto à aceitação de refugiados? O que lhe foi dado ver sobre este assunto?

Sem dúvida. Basta olharmos para as diferenças na mobilização dos países para o cumprimento das quotas acordadas no âmbito do programa de recolocação de refugiados que se encontram na Grécia e em Itália, aprovado pela União Europeia em 2015. Felizmente, Portugal assume um lugar de destaque do ponto de vista da mobilização e adesão aos esforços de recolocação, sendo que o primeiro-ministro António Costa manifestou o compromisso do Governo Português para duplicar as vagas previstas para Portugal no âmbito

do programa de recolocação (das 4500 vagas estipuladas para um período de dois anos, o primeiro-ministro português declarou que Portugal teria disponibilidade para receber 10 000 refugiados). No lado oposto, a Eslováquia, a Hungria, a República Checa e a Roménia votaram contra o acordo para o programa de recolocação, e a primeira-ministra da Polónia, no seguimento dos atentados em Bruxelas, declarou que o país não iria aceitar quaisquer refugiados ao abrigo deste programa. Esta tomada de posição assume-se como duplamente grave, pelo recuo no compromisso de solidariedade que tinha previamente assumido e pela associação dos atentados à questão da crise dos refugiados, o que reforça uma ideia infelizmente já generalizada em grande parte da opinião pública e contribui para alimentar os discursos de ódio e de medo em relação aos refugiados.

Diz-se que há uma chantagem com a Europa ao enviar-lhe multidões de refugiados... uma chantagem que visa mesmo minar e destruir a UE. Pôde ver algo que vá neste sentido?

Porque não quis nem quer adotar uma postura de abertura e solidariedade, preferindo empurrar 'o problema' para fora das suas fronteiras, a União Europeia torna-se, de facto, um alvo fácil de chantagem. Mas não se trata de uma chantagem oriunda dos países de origem dos refugiados. Olhando aos que chegam à procura de ajuda, não há espaço para chantagens quando se tenta sobreviver. No que toca à ideia de uma possível chantagem por parte do Daesh, trata-se, também, de uma falsa questão. São várias as publicações *online* e em panfletos do Daesh que proclamam como 'pecado' a ida para as 'terras dos cruzados belicistas, que são guiadas pelas leis do ateísmo e da indecência'.

Ironicamente, foi em pleno continente europeu que a União Europeia se tornou alvo de chantagem, personificada no acordo entre a União Europeia e a Turquia. Este Acordo prevê a readmissão à Turquia de quem chega à União Europeia em busca de asilo, com base na alteração do estatuto da Turquia quanto às suas condições para o acolhimento dos refugiados: até ao dia 20 de março, dia em que este acordo entrou em vigor, a Turquia não era considerada um *safe-country* e passou a ser considerada como tal, não porque alterou as suas condições para acolher refugiados, mas porque é conveniente para a União Europeia 'decretar' que os refugiados estão bem na Turquia e devem voltar para lá caso cheguem a um país da UE. Este acordo, para além de violar alguns dos seus mais elementares direitos e princípios, tem colocado a UE como alvo de constante chantagem por parte da Turquia.



A sensibilidade cristã dos países europeus é visível na oferta de hospitalidade?

Sim. Por exemplo, em Portugal, assistiu-se a uma grande mobilização de entidades e instituições de matriz cristã para o acolhimento dos refugiados. A Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR) integra várias Instituições Anfitriãs católicas; a União das Misericórdias Portugueses também criou uma resposta de acolhimento aos refugiados, e existe ainda a resposta do Serviço Jesuíta aos Refugiados. Na missão da PAR que coordenei em Lesbos, os nossos principais parceiros eram também organizações de matriz cristã (Caritas Hellas e Jesuit Refugee Service). O Papa Francisco tem tido um papel fulcral na mobilização dos portugueses e restantes cidadãos europeus para o acolhimento dos refugiados. Não só através do repto lançado às comunidades, desafiando cada paróquia a assumir o compromisso de acolher uma família, como pelas suas próprias ações. Tive o privilégio de estar em Lesbos aquando da sua visita à ilha, que resultou na oportunidade de um grupo de doze refugiados serem recolocados no Vaticano. Tratou-se de um gesto extremamente importante, pelo exemplo, por cumprir na primeira pessoa o repto que lançou a cada paróquia.

As organizações não estatais têm um papel decisivo no socorro aos refugiados. E as organizações estatais como procedem?

O acolhimento e a integração dos refugiados não podem ficar apenas à responsabilidade do Estado ou à responsabilidade da sociedade civil. Penso que um verdadeiro acolhimento só é conseguido com uma mobilização plena de ambas as partes. Em Portugal assistiu-se a algo que considero especial e bonito: a sociedade civil não ficou à espera que o Estado a mobilizasse, organizou-se e prontificou-se a acolher (e assim nasceu a Plataforma de Apoio aos Refugiados). Mas o sucesso do acolhimento e da integração destas respostas não estatais requer o apoio das estruturas estatais. Um passo dado neste sentido da cooperação entre entidades estatais e não estatais foi a criação em Portugal do Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia da Migração, constituído por entidades como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Instituto da Segurança Social, Alto Comissariado para as Migrações, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Direção-Geral da Saúde, Direção-Geral dos Assuntos Europeus, Direção-Geral da Educação, coordenado pelo Alto Comissariado para as Migrações, e integrando igualmente representantes dos municípios, do terceiro sector e da sociedade civil. Refira-se também o importante papel das organizações estatais em fases fulcrais do socorro aos refugiados (por

exemplo, o papel da Polícia Marítima portuguesa nas operações de resgate, ou o papel do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras na operacionalização da recolocação dos requerentes de asilo).

Percebeu que havia entre as pessoas à procura de refúgio quem tivesse sido enganado, explorado por organizações criminosas de tráfico de pessoas?

Literalmente todos aqueles que conheci em Lesbos chegaram à ilha através de redes de tráfico que, tendo uma finalidade meramente lucrativa, ao invés de humanitária, exploram e enganam as pessoas que os procuram, aproveitando-se do desespero em que se encontram e da ausência de formas legais de chegar à União Europeia. Testemunhei com os meus próprios olhos as condições precárias em que as pessoas fazem a travessia da Turquia para Lesbos (amontoadas em barcos frágeis de borracha, sem ninguém que os saiba navegar, com coletes muitas vezes falsos), ou os relatos que trazem de violência física e sexual a que foram sujeitos, ou de os 'passadores' lhes ficarem com os documentos e pertences. São estas as condições oferecidas em troca do pagamento de 1000, 2000, 3000 dólares por pessoa. Não raras vezes, a ajuda humanitária que os refugiados encontram quando chegam a Lesbos (aqueles que conseguem sobreviver à viagem, porque são muitos os que perdem a vida na travessia) é-lhes 'vendida' pelos 'passadores' como fazendo parte do negócio. Foram várias as pessoas que me relataram que lhes foi dito pelos passadores que à chegada a Lesbos teriam ajuda a sair dos barcos, que lhes seria assegurado transporte para os campos, roupa, alimentação, etc. E que estavam a pagar quantias elevadas porque incluíam todos estes serviços. Por uma travessia que custa cinco euros a quem vier de *ferry*, um preço e uma comodidade que só estão ao alcance dos que, como eu, têm o passaporte certo...